



ACESSO DE USUÁRIOS AO DIREITO À SAÚDE NOS SERVIÇOS MUNDIAIS

¹ Thiago Ibiapina Coelho; ² Thereza Maria Magalhães Moreira.

¹ Universidade Estadual do Ceará; ² Universidade Estadual do Ceará

Área temática: Temas transversais

Modalidade: Comunicação Oral Online

E-mail dos autores: thiagocoelho.adv@hotmail.com¹ ; tmmoreira@gmail.com²

RESUMO

Introdução: O acesso aos serviços de saúde varia em todo o mundo, envolvendo diferentes sistemas de saúde, público e privado. Compreender as diversas abordagens adotadas pelos países é fundamental para melhorar o acesso à saúde globalmente. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi analisar e comparar o acesso aos serviços de saúde em diferentes países e regiões. **Métodos:** Foram selecionados trinta artigos que abordavam o tema do acesso à saúde em diferentes contextos. Os artigos foram analisados para identificar os elementos conceituais relacionados ao acesso à saúde e os diferentes modelos adotados em cada país ou região. **Resultados:** Os resultados revelaram uma variedade de abordagens para o acesso à saúde em todo o mundo. Alguns países possuem sistemas de saúde predominantemente privados, enquanto outros adotam sistemas públicos. Além disso, há países que combinam o acesso a serviços de saúde público e privado. Exemplos de diferentes abordagens foram encontrados em países como Romênia, Vietnã, China, Índia, Gana, Uganda, Catar, Jordânia, Brasil, Bolívia, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido e Irlanda. **Discussão:** A discussão destacou as características e peculiaridades de cada sistema de saúde, ressaltando a importância das políticas públicas e dos programas específicos implementados em cada país. Foram abordados aspectos como o papel dos hospitais, a atenção primária à saúde, programas de saúde mental, acesso a serviços por populações vulneráveis e legislações relacionadas. **Conclusão:** Conclui-se que o acesso à saúde varia em todo o mundo, com diferentes abordagens adotadas pelos países. Compreender essas nuances é essencial para desenvolver programas de saúde comparada e orientar ações governamentais que promovam melhorias no acesso à saúde globalmente. **Palavras-chave:** Acesso, Saúde, Mundo.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, direitos sociais relacionados à proteção contra intempéries e ao bem-estar têm surgido, como evidenciado na Tábua VI da Lei das XII Tábuas romanas. A saúde é um direito fundamental, tanto no âmbito internacional quanto na Constituição brasileira, não necessitando de normas infraconstitucionais para sua efetivação. O acesso à saúde é compreendido como uma combinação de circunstâncias que permite ao cidadão utilizar os serviços de saúde, sendo tanto um direito do usuário como uma responsabilidade do Estado. O objetivo deste estudo foi





descrever, por meio de uma revisão integrativa, como os usuários acessam seu direito à saúde nos serviços mundiais (Silva, 2022; Acesso, 2022).

2 MÉTODO

Neste estudo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de investigar como os usuários acessam seu direito à saúde nos serviços mundiais. A busca foi realizada em 7 de maio de 2022, utilizando equações de busca em português e inglês para abranger diferentes bases de dados, como Web of Science, JSTOR e Lilacs. A frase utilizada na busca da literatura foi "Como os usuários acessam seu direito à saúde nos serviços mundiais?". Os critérios de inclusão adotados seguiram o mnemônico PICO, considerando a população (usuários), as variáveis (direito à saúde) e o contexto (serviços de saúde mundiais). Foram selecionados trinta artigos que abordavam o tema do acesso à saúde em diferentes contextos. Os artigos foram analisados para identificar os elementos conceituais relacionados ao acesso à saúde e os diferentes modelos adotados em cada país. Não foi realizada uma análise quantitativa ou metanálise dos estudos selecionados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado apresentado mostra a caracterização de estudos selecionados relacionados ao acesso à saúde em serviços mundiais. Os dados foram organizados com base na localização da publicação, no periódico/instituição de origem, no tipo de estudo e nas informações sobre o acesso à saúde descritas em cada artigo.

A discussão abordou a variação no acesso à saúde em diferentes países e regiões, destacando os sistemas de saúde predominantes em cada um. Foram apresentados exemplos de países onde o acesso à saúde é majoritariamente privado, outros em que é predominantemente público e um terceiro grupo em que a população tem acesso a serviços tanto públicos quanto privados. O texto ressaltou a importância de analisar as particularidades de cada país e região para compreender melhor a questão do acesso à saúde.

Foram mencionados exemplos de diferentes territórios. Na antiga Romênia comunista, o acesso à saúde era gratuito, exceto por medicamentos não essenciais e serviços odontológicos (BATTISTELLA, 1983), enquanto no Vietnã existem diferentes níveis de cuidados de saúde, desde atenção primária até hospitais de nível terciário (THI THUY NGA, 2017). Na China, o sistema de





saúde é dividido em três níveis e supervisionado pela Autoridade Chinesa de Inspeção de Saúde (ZHAO et al., 2020).

Na Índia, existem programas públicos de saúde mental que fornecem educação por meio de agentes comunitários (MA, CHEN e TAN, 2015). Em Gana, o Estado oferece 14 serviços de pré-natal gratuitos, e em Uganda, o Ministério da Saúde está integrando a saúde mental nos centros de saúde psiquiátrica (MAHOMED et al., 2019; APPIAH et al., 2020). No Catar, os cuidados de saúde são oferecidos por hospitais financiados pelo Estado, enquanto na Jordânia, a população recorre a medicina alternativa e curandeiros religiosos (MUGISHA, SSEBUNNYA e KIGOZI, 2016; ALABDULLA, REAGU e ELHUSEIN, 2021).

No Brasil, há acesso tanto à saúde pública quanto privada, com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a judicialização tem sido utilizada como meio de buscar o acesso à saúde negado (STUTTAFORD et al., 2014; SILVA, 2022). Na Bolívia, a saúde é oferecida por diversos subsetores, incluindo o público, a seguridade social e a medicina tradicional (GALVÃO, SAWADA e TREVIZAN, 2004; SCHEFFER e ROBBA, 2016).

Nos Estados Unidos, foi ressaltado o aumento do acesso a serviços de saúde mental para estudantes universitários, bem como os desafios enfrentados.

4 CONCLUSÃO

Ao final do estudo, podemos afirmar que os indivíduos buscam obter cuidados de saúde de diferentes maneiras nos diversos sistemas ao redor do mundo. Existem nações onde a maioria do acesso à saúde é baseado em serviços privados, enquanto outras dependem principalmente de serviços públicos. Além disso, há um terceiro grupo de países onde a população recorre tanto a serviços de saúde públicos quanto privados. As preocupações relacionadas à saúde nesse cenário podem ser utilizadas como base para programas de saúde comparada e podem orientar as ações governamentais no sentido de melhorar o acesso aos cuidados de saúde em âmbito global.

REFERÊNCIAS

ACESSO. Captado de:

<https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=acesso#:~:text=No%20campo%20da%20sa%C3%BAde%2C%20o,suas%20diversas%20modalidades%20de%20atendimento.> Em 19/05/2022 às 12:50h.





- ALABDULLA, Majid; REAGU, Shuja; ELHUSEIN, Bushra. Impact of the CoViD-19 pandemic on mental health law in the state of Qatar. *International journal of law and psychiatry*, v. 79, p. 101748, 2021.
- AOKI, Julie Ralston; PORTER, Meghan A. How Tribes in the Bemidji Area Are Applying Policy and Systems Approaches to Support Breastfeeding. 2021.
- APPIAH, Prince Kubi et al. Antenatal care attendance and factors influenced birth weight of babies born between June 2017 and may 2018 in the WA East district, Ghana. *International Journal of Reproductive Medicine*, v. 2020, 2020.
- BACHMAN, Sara S. et al. Social work's role in Medicaid reform: A qualitative study. *American journal of public health*, v. 107, n. S3, p. S250-S255, 2017.
- BARTOLOMEI, Carlos Emmanuel Fontes et al. *Legislação em Saúde*. Carlos Emmanuel Fontes Bartolomei, Maria Célia Delduque, Mariana Siqueira de Carvalho, Hélcio de Abreu Dallari Júnior, v. 2, 2004.
- BATTISTELLA, R. M. (1983). Health Services in the Socialist Republic of Romania: Structural Features and Cost-Containment Policies. *Journal of Public Health Policy*, 4(1), 89–106. <https://doi.org/10.2307/3342189>.
- CHRIZOSTIMO, Raquel Marinho et al. Judicialização da saúde decorrente dos planos de pré-pagamento e o direito sanitário: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, 2020.
- CONDE LÍA, Fabián Hanss; TAMAYO CABALLER, Carlos. Situación del Primer Nivel de Salud como puerta de entrada de la Red Integral de Servicios de Salud–REFISS–Norte Central. La Paz–Bolivia, 2017. 2017. Tese de Doutorado.
- COTTLE, Emma et al. Paediatric clinical ethics in Australia and New Zealand: a survey. *BMJ paediatrics open*, v. 1, n. 1, 2017.
- DATTA, Anna; FREWEN, Justin. Mental health law profile on the Republic of Ireland. *BJPsych international*, v. 13, n. 1, p. 15-17, 2016.
- ELLISON, Jacqueline et al. The Impact of Driving Time to Family Planning Facilities on Preventive Service Use in Ohio. *American journal of preventive medicine*, v. 60, n. 4, p. 542-545, 2021.
- GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, maio/jun. 2004
- GARRIDO, Melissa M. et al. Innovation in a learning health care system: veteran-directed home- and community-based services. *Journal of the American Geriatrics Society*, v. 65, n. 11, p. 2446-2451, 2017.
- JARAMILLO, Elise Trott; WILLGING, Cathleen E. Producing insecurity: Healthcare access, health insurance, and wellbeing among American Indian elders. *Social Science & Medicine*, v. 268, p. 113384, 2021.
- KISELY, Steve R.; CAMPBELL, Leslie A.; O'REILLY, Richard. Compulsory community and involuntary outpatient treatment for people with severe mental disorders. *Cochrane database of systematic reviews*, n. 3, 2017.
- LIPSON, Sarah Ketchen; LATTIE, Emily G.; EISENBERG, Daniel. Increased rates of mental health service utilization by US college students: 10-year population-level trends (2007–2017). *Psychiatric services*, v. 70, n. 1, p. 60-63, 2019.
- LOO, Stephanie et al. Understanding community member and health care professional perspectives on gender-affirming care—A qualitative study. *PloS one*, v. 16, n. 8, p. e0255568, 2021.





- MA, Sha; CHEN, Gang; TAN, Boon-Kiang. Aspects of the health inspection authority in the People's Republic of China. *BMC Public Health*, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2015.
- MAHOMED, Faraaz et al. 'They love me, but they don't understand me': Family support and stigmatisation of mental health service users in Gujarat, India. *International Journal of Social Psychiatry*, v. 65, n. 1, p. 73-79, 2019.
- MUGISHA J, SSEBUNNYA J, KIGOZI FN. Towards understanding governance issues in integration of mental health into primary health care in Uganda. *Int J Ment Health Syst*. 2016
- NEWBIGGING, Karen; RIDLEY, Julie. Epistemic struggles: The role of advocacy in promoting epistemic justice and rights in mental health. *Social Science & Medicine*, v. 219, p. 36-44, 2018.
- NEWDICK, Christopher. Can judges ration with compassion? A priority-setting rights matrix. *Health and Human Rights*, v. 20, n. 1, p. 107, 2018.
- SCHEFFER, Mario; ROBBA, Rafael. A responsabilidade solidária das cooperativas que compõem o grupo Unimed. *Revista de Direito Sanitário*, v. 17, n. 1, p. 167-178, 2016.
- SHARMA, Anand et al. The virtual institution: cross-sectional length of stay in general adult and forensic psychiatry beds. *International journal of mental health systems*, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2015.
- SILVA, M. E. de A. DIREITO À SAÚDE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ATUAÇÃO ESTATAL E APLICAÇÃO DA TEORIA DE KARL POPPER. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 4-22, 2017. DOI: 10.21680/1982-310X.2016v9n2ID12251. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/12251>. Acesso em: 19 maio. 2022.
- SING, Fiona et al. Food advertising to children in New Zealand: a critical review of the performance of a self-regulatory complaints system using a public health law framework. *Nutrients*, v. 12, n. 5, p. 1278, 2020.
- STUTTAFORD, Maria et al. The right to traditional, complementary, and alternative health care. *Global Health Action*, v. 7, n. 1, p. 24121, 2014.
- THI THUY NGA, Nguyen et al. "Three Nooses on Our Head": The Influence of District Health Reforms on Maternal Health Service Delivery in Vietnam. *International Journal of Health Policy and Management*, 2017.
- WAHBI, Rafik; BELETSKY, Leo. Involuntary Commitment as "Carceral-Health Service": From Healthcare-to-Prison Pipeline to a Public Health Abolition Praxis. *Journal of Law, Medicine & Ethics*, v. 50, n. 1, p. 23-30, 2022.
- WOLFE, Hill L. et al. Exploring Research Engagement and Priorities of Transgender and Gender Diverse Veterans. *Military medicine*, 2021.
- ZHAO, Yuxi et al. Status and Factors Associated with Healthcare Choices among Older Adults and Children in an Urbanized County: A Cross-Sectional Study in Kunshan, China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 22, p. 8697, 2020.

